

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

COORDENADORIA
ESTADUAL DA INFÂNCIA
E DA JUVENTUDE - CEIJ



BOLETIM

CEIJ

JANEIRO - JUNHO | 2016

Fórum Cível.
Térreo, salas 1/2.
Rua Cel. Fontoura.
Cidade Velha.
CEP 66015-260.
Belém-PA.
Fones: 3205-2716/2742.

Ação fortalece projeto Conta Comigo

Em parceria com a Escola Superior da Magistratura, foi realizada nos dias 2 e 3 de maio de 2016, oficina de capacitação ministrada pelas psicólogas Maria da Penha Oliveira da Silva e Eliana Carla Barcelos Kabori, da ONG Grupo de Apoio à Convivência Comunitária e Familiar Aconchego, de Brasília. Participaram 30 pessoas, entre servidores do TJPA do Distrito de Icoaraci e das comarcas de Canaã dos Carajás, Ananindeua, Belém, além de serviços de acolhimento da capital e do interior. O objetivo da oficina foi compartilhar experiências acerca do programa de apadrinhamento afetivo desenvolvido pela ONG, no distrito federal. Após a oficina, algumas modificações foram sugeridas ao programa de apadrinhamento Conta Comigo, desenvolvido em parceria entre a CEIJ/TJPA, varas de infância e juventude e serviços de acolhi-

mento de Belém, Ananindeua, Marituba e Distrito de Icoaraci. As modificações sugeridas estão em fase de avaliação e devem ser implementadas a partir do segundo semestre deste ano.



Equipe de servidores do TJPA na oficina ministrada pela ONG Aconchego, do Distrito Federal

Danças e brincadeiras tecem rede de afeto

O projeto Amor Tecendo Danças Circulares promoveu, no dia 14 de maio de 2016, no Bosque Rodrigues Alves, roda de danças, brincadeiras cantadas e contação de histórias direcionadas a crianças e adolescentes (e seus familiares), que estão em situação de acolhimento temporário, nos serviços de acolhimento da região metropolitana de Belém.

A roda de danças circulares com temática infantil foi uma iniciativa da servidora da SEMEC (Belém), Márcia Raiol, que tomou conhecimento da realidade das crianças e adolescentes acolhidos por meio do programa de Apadrinhamento Conta Comigo. A atividade lúdica contribuiu para a interação das crianças e adolescentes e seus familiares - especialmente aqueles que estão prestes a retornar ao convívio familiar - e também com a comunidade. A convivência familiar e comunitária é um direito de toda criança e adolescente, previsto na Lei 8069/1990. Cerca de 20 crianças e adolescentes participaram da programação.



Crianças participaram de atividades lúdicas no Bosque Rodrigues Alves

Programa digitaliza e disponibiliza processos de adoção

Através do “Programa de Digitalização de Processos de Adoção: Conhecendo a Minha História”, o Judiciário já realizou a digitalização de 3.597 processos de adoção e seus correlatos, originados de 29 comarcas do Pará. Em junho de 2016, a parceria entre a CEIJ, o Departamento de Documentação e Informação e a Divisão de Documentação e Arquivo recolheu processos de adoção e seus correlatos em 15 comarcas que ainda não haviam sido atendidas pelo Programa. No segundo semestre deste ano, o programa seguirá para as próximas etapas com a digitalização de processos das comarcas que ainda não foram atendidas. O objetivo é atender a previsão legal que trata do direito das pessoas adotadas em conhecerem sua história de origem.



Estudo quer aprimorar Justiça da Infância e da Juventude no Pará

Conhecer a realidade da Justiça da Infância e da Juventude no Pará é o objetivo do estudo e diagnóstico desenvolvido pela CEIJ sobre as unidades judiciárias da Infância e Juventude no Estado. O trabalho servirá para a proposição de políticas públicas com vistas ao aprimoramento na prestação jurisdicional e possibilitar o fortalecimento da garantia à prioridade absoluta prevista nas normativas nacionais e internacionais. A pesquisa para a elaboração do estudo e diagnóstico foi instituída por meio da Portaria nº 4827/2015-GP, e está em fase de análise dos dados obtidos, com o apoio da Coordenadoria de Estatística e da Secretaria de Informática. Até o momento, considera-se satisfatório o número de unidades respondentes.

Pesquisa sobre Varas de Crimes contra Crianças e Adolescentes

Até o dia 19 de julho, a CEIJ está coletando informações junto às Varas com competência para processar e julgar crimes contra crianças e adolescentes, através de pesquisa instituída pelo TJPA através da Portaria nº 2870/2016-GP. O estudo e diagnóstico objetiva apontar caminhos para o aprimoramento da prestação jurisdicional na matéria, considerando a necessária e constitucional proteção às crianças e aos adolescentes, além da adequada utilização dos recursos públicos com maior eficiência e eficácia conforme os dispositivos legais nacionais e internacionais. O questionário está disponível no Portal Interno do TJPA.

Cine Debate põe direitos humanos em cena

O projeto “Cine Debate – Direitos Humanos em Cena”, que conta com o apoio da CEIJ, está levando a três escolas estaduais de ensino da região metropolitana de Belém ações que visam o diálogo sobre temáticas relativas à exploração sexual, exploração do trabalho infantil, tráfico de pessoas, crimes cibernéticos, dentre outros, em que muitos adolescentes são vitimizados. O projeto foi idealizado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEJUDH) e conta com o apoio de várias instituições do sistema de garantia de direitos infantojuvenil.

Projeto Infância e Juventude se alia à informática

Está na primeira fase de implementação o projeto Infância e Juventude em Destaque, realizado pela CEIJ com a parceria da Secretaria de Informática do TJPA. A CEIJ reuniu no projeto ações que visam ao aperfeiçoamento do sistema LIBRA, com fins de melhor atender as demandas das unidades judiciárias de infância e juventude no Pará. As propostas foram realizadas com base nas manifestações recorrentes de magistrados e servidores que trabalham na área. O projeto ainda abarca a possibilidade de criação de ferramentas que forneçam informações estatísticas qualificadas sobre crianças e adolescentes vítimas de crimes de qualquer natureza, especialmente os de natureza sexual. A Secretaria de Informática já reuniu com a CEIJ para colocar as mudanças sugeridas no ar.



Palestra reuniu 80 conselheiros tutelares de Belém, no auditório do Comando Geral da 4ª Região do Exército, localizado na Pça. da Bandeira

Palestra debate Estatuto da Criança e do Adolescente

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, ministrou palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no dia 29 de junho, em curso que reuniu em Belém mais de 80 conselheiros tutelares em Belém. O curso abordou os efeitos das atualizações do ECA, bem como a eficiência que se faz necessária para atender o que determina a Constituição Federal. O desembargador participou da atividade a convite da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses (ACONEXTEL). Na oportunidade, respondeu aos conselheiros sobre dúvidas e anseios diante da necessidade de interagirem mais com a rede de atendimentos.

Reunião discute estruturação do Programa Estadual de Justiça Restaurativa

Uma comissão formada por magistrados e servidores da CEIJ, da Coordenadora Estadual do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais, e do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, vai elaborar um Programa Estadual de Justiça Restaurativa para o TJPA. A comissão foi criada na reunião realizada no dia 17 de junho entre o coordenador da CEIJ, desembargador José Maria do Rosário; a coordenadora dos Juizados, desembargadora Vania Fortes Bitar; e a coordenadora de Enfrentamento à violência contra a mulher, desembargadora Elvina Gemaque, atendendo o que determina a Resolução nº 225/2016-CNJ, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa, e que exige que cada Tribunal de Justiça adote a Justiça Restaurativa como uma política integrada. A primeira reunião de trabalho da comissão ocorreu dia 27 de junho.



**Comissão é formada
por magistrados e
servidores do TJPA**

Grupo de Trabalho enfrenta violência sexual contra crianças e adolescentes

Em reunião realizada no dia 7 de junho, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes definiu os parâmetros do Termo de Cooperação Técnica, que será criado com vistas a promover a estruturação de serviço de perícia psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência

sexual, inicialmente em Belém, sendo possível a expansão para os demais municípios. De iniciativa da CEIJ, e tendo à frente a titular da Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, magistrada Mônica Maciel Soares da Fonseca, o grupo reúne Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública, Propaz e OAB.



**Evento reuniu 110
pessoas no auditório
do Fórum Cível**

TJPA integra fórum contra trabalho infantil

No primeiro semestre de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio da Ceij, passou a integrar o Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente. Com a participação do TJPA, o lançamento da Campanha Nacional Contra o Trabalho Infantil, em 07 de junho, ocorreu no Auditório Agnano Monteiro Lopes, no Fórum Cível. O evento, com 110 pessoas, reuniu instituições governamentais, não-governamentais e da sociedade civil. Na ocasião, foi apresentado o painel “Cenários do Trabalho Infantil no Estado do Pará”, com dados estatísticos sobre a caracterização do trabalho infantil na cadeia produtiva extrativista e em trabalhos domésticos.

